



PARECER - CONTROLE INTERNO

Procedência: Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Juventude. Processo nº 4192/2019 - Inexigibilidade de Licitação

RELATÓRIO:

Tratam os autos do procedimento de contratação, por Inexigibilidade de Licitação, nº **4192/2019**, que tem por objeto a contratação de show artístico da banda **SOM E LOUVOR** que será realizado no dia 13 de julho do corrente ano nesta cidade.

Foi indicada a contratação da empresa **FESTA DE CRENTE PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 18.768.186/0001/99.

Consta aos autos termo de referência, justificativa, razão da escolha da profissional, devidamente assinados pelo Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Juventude;

Foi elaborado proposta de preço pela empresa supracitada no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) e anexo estar notas fiscais compatíveis com o preço a ser contratado pela Administração Pública deste município;

A Comissão Permanente de Licitação anexou a Justificativa do preço;

Há Declaração de Previsão Orçamentária; Declaração de Disponibilidade Financeira e Declaração de Reconhecimento da Banda e apresentação de prova da consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública do artista;

Anexo estar parecer da Douta Procuradoria Jurídica deste Município onde a mesma entende ser plausível a decretação da Inexigibilidade de Licitação para a contratação da banda **SOM E LOUVOR**, tendo inclusive anexado minuta do decreto a ser publicado.

O decreto de inexigibilidade nº 045/2019 foi devidamente assinado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal no dia 10 de julho do corrente ano, tendo sua publicação ocorrido no Diário Oficial do Municípios no dia 11 de julho de 2019, conforme cópia anexada aos autos.

A Presidente do Setor de Licitação e Contratos anexou termo de abertura de processo de inexigibilidade.

Houve apresentação de documentos referente a empresa, quais sejam: contrato social e seus aditivos; copia de documentos pessoais; comprovante de CNPJ; Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débito Estadual; certidão municipal negativa; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Certificado de Regularidade de FGTS – CRF; Alvará de funcionamento; contrato de cessão exclusiva;

A Presidente da Comissão de Licitação encaminhou os autos para análise da Douta Procuradoria Jurídica deste Município, juntamente com a minuta do contrato.

Houve parecer jurídico favorável a contratação.

Consta ainda convocação para assinatura do contrato; contrato nº 006/2019; Ratificação a inexigibilidade em questão e portaria de nomeação do fiscal de contrato.

Em síntese, são os fatos.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Trav. Vereadora Virgolina Coelho, nº 1145 - Bairro São Luiz II.
CEP: 68.540-000 Conceição do Araguaia-PA



ANÁLISE:

Em análise dos autos, cabe-nos, desde já, trazer à colação a aplicação das regras constitucionais que disciplinam a matéria, invocando-se, assim, dentre outros, o 37, XXI da CF/88.

As contratações públicas devem ser precedidas da realização de certame licitatório, cumprindo ao administrador a escolha da avença que seja mais vantajosa ao interesse público, sem menosprezar o princípio da impessoalidade, que regula a participação dos licitantes, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República de 1988 e da Lei n.º 8.666/1993.

Excepcionalmente, diante de situações de inviabilidade de competição, a própria lei estabelece hipóteses de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 25 da Lei nº 8.666/93, autorizando à Administração a realizar contratação direta, sem licitação.

Senão vejamos:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

O inciso III, que é o objeto de interesse deste caso, dispõe ser inexigível a licitação *“para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.*

A justificativa da inexigibilidade na hipótese é a inviabilidade de



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Trav. Vereadora Virgolina Coelho, nº 1145 - Bairro São Luiz II.
CEP: 68.540-000 Conceição do Araguaia-PA



competição. Com efeito, não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, supedâneo fático para a realização do procedimento licitatório.

No entanto, ainda nas hipóteses de inexigibilidade, o administrador público não está inteiramente livre para a contratação. É preciso a observância de determinados requisitos legais e constitucionais, tudo devidamente demonstrado em processo de inexigibilidade.

Desse modo, frise-se, apesar de ser inexigível o processo de licitação propriamente dito, a Administração não está totalmente livre para a escolha do contratado, devendo haver um mínimo de formalidade para possibilitar a aferição dos requisitos, os quais devem estar prontamente evidenciados no bojo do processo de inexigibilidade.

Em relação aos gastos públicos, a proporcionalidade é analisada sob o manto do controle de legitimidade da despesa, que conta com expressa autorização constitucional.

O art. 70 da Constituição da República autoriza aos órgãos de controle interno e externo a realização de controle de legalidade, legitimidade e economicidade. São os seus termos:

“Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Como se percebe, em se tratando de gastos públicos, as instâncias de controle não devem observar apenas os aspectos de pura legalidade, cabendo analisar também (que não deixa de ser um viés da legalidade) os aspectos de legitimidade e economicidade.

A legalidade e a economicidade já são impostas diretamente pelos arts. 25 e 26 da Lei nº 8.666/93, que exigem a justificativa do preço e a observância dos requisitos autorizativos da hipótese de inexigibilidade.

Por outro lado, não há expressamente no dispositivo legal apelo à verificação da legitimidade da despesa, que talvez seria o critério mais importante que se deveria analisar. Apesar da omissão, não há qualquer empecilho, pois o controle de legitimidade decorre do próprio texto constitucional que, diante da sua força normativa e da máxima eficácia, impõe uma atuação dos órgãos de controle para a sua concretização.

Na análise do processo licitatório em tela, verificou-se que foi obedecido todos os tramites legais, não havendo objeção quanto a sua legalidade, em obediência ao artigo 37, XXI da Constituição Federal, em atendimento também, ao que rege a Lei nº 8666/93.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Trav. Vereadora Virgolina Coelho, nº 1145 - Bairro São Luiz II.
CEP: 68.540-000 Conceição do Araguaia-PA



PARECER:

Ante ao exposto, a Controladoria Geral do Município, após a verificação da legalidade que lhe compete, manifesta-se **FAVORAVEL** a validade da inexigibilidade.

Para efeitos de pagamento do contratado ORIENTO que a nota fiscal esteja devidamente atestada pelo setor competente, ou seja, o fiscal de contrato. ORIENTO que o mesmo utilize carimbo para identificar sua rubrica ou que assine por extenso na nota a ser apensada ao processo.

Recomendo que seja promovida a publicidade dos atos através do Mural de licitações por servidor autorizado e detentor de certificado digital, conforme determina a Resolução nº 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014.

Outrossim, recomento que seja promovida a publicação resumida do instrumento de contrato **nº006/2019** na imprensa oficial, com fulcro no art. 61, paragrafo único da lei 8.666/93.

É o parecer.

Conceição do Araguaia – PA, 12 de julho de 2019.

Naylla Augusto Gama
Controladora Geral do Município
Port.0157/2018